

ATA N.º 1/2020

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

14/01/2020

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".



	Aos catorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, pelas dezoito hora	ıs
	no salão nobre da Câmara Municipal de Mira, reuniu esta, ordinariamente, so	ot
	a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Rei Soares de Almeid	а
	estando presentes os Vereadores Senhores Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr	ra.
	Dulce Helena Ramos Cainé, Dr. Fernando José Domingues Madeira, Dr. Lu	is
	Manuel Simões Miranda e Dra. Madalena Isabel Colaço dos Santos	
	Presentes também o Chefe de Divisão de Obras Municipais, Engº. Ru	ui
	Manuel Reixa da Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura	е
	Desporto, Dr.ª Brigitte Capeloa, e a Técnica Superior Drª. Ana Margarid	а
	Mesquita	_
	Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 18:00	0
	horas	-
	Justificação De Faltas:	
	Nos termos da alínea c) do artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12	2
	de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou justificar a falta	а
	do Sr. Vereador Nelson Teixeira Maltez	
	FINANÇAS MUNICIPAIS:	
	Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 5, de 13 de janeiro de 2020,	,
	com um saldo orçamental de 971.345,78 € (novecentos e setenta e um mil,	,
	trezentos e quarenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos)	
	APROVAÇÃO DE ATAS:	
	ATA DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019	
	Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 27 de	
,	dezembro de 2019, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo	
1	texto ter sido disponibilizado na plataforma "Arquivo" em 10 de janeiro de 2020,	
	tendo a mesma sido aprovada por unanimidade	
	PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:	

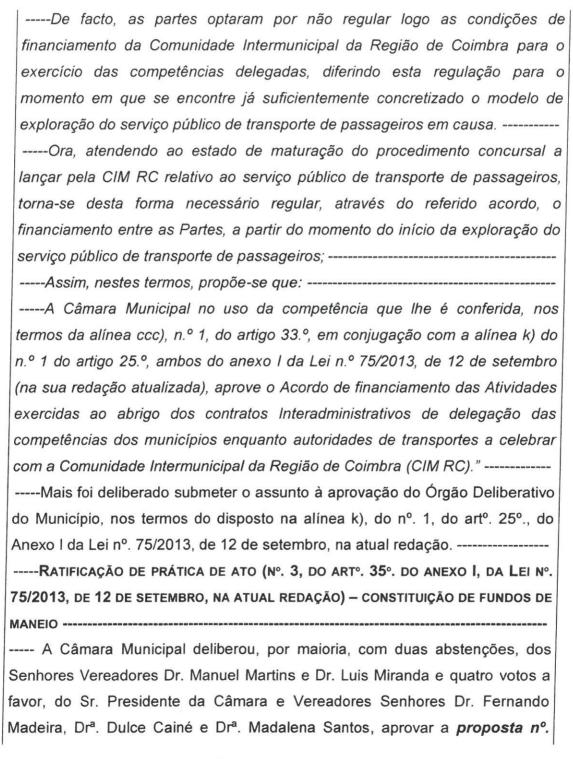


	Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Luis Miranda para, em primeiro lugar,
	endereçar a todos os presentes votos de um bom ano de 2020
	Seguidamente, lamentou o facto de não terem ainda sido disponibilizados
	os documentos solicitados inúmeras vezes e também requeridos por escrito,
	relativos a gastos com festas de S. Tomé, passagens de ano, etc
	Por último, fez um reparo ao atraso sistemático na entrega da
	documentação inerente às reuniões do Executivo Municipal, o que complicava,
	sobremaneira, a sua análise, solicitando algum esforço para que fosse corrigida
	a situação
	Interveio o Sr. Vereador Dr. Manuel Martins que, igualmente, desejou a
	todos um feliz ano de 2020
	Fez também um reparo ao facto de ter sido adiada a data de realização da
	presente reunião e de nada ter servido, já que a documentação tinha sido
	entregue tardiamente, como tem vindo a ser hábito
	Por fim, chamou a atenção para o estado de abandono em que se
	encontrava o concelho, a nível da rede viária, saneamento, recolha de resíduos
	sólidos, iluminação pública, existência de animais errantes na via pública, etc
	O Sr. Presidente da Câmara pediu desculpas pela entrega tardia da
	documentação e disse que iria tentar que, futuramente, houvesse mais rigor na
	entrega atempada dos documentos para as reuniões. Mais disse que a entrada
	em vigor do novo sistema de contabilidade na Administração Pública tem
	contribuído para o atraso dos procedimentos, o que também se refletia na
	organização e disponibilização dos assuntos para as reuniões de Câmara
	Relativamente ao estado de abandono do concelho a que o Sr. Vereador
	Dr. Manuel Martins aludiu, disse que não concordava e que havia algumas
1	obras e melhorias que estavam a ser feitas, tais como a empreitada de
1	pavimentações que iria ser iniciada brevemente, a substituição de luminárias
-	públicas por lâmpadas led, um novo contrato de recolha de lixos, etc



PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
ACORDO DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS
CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DOS
MUNICÍPIOS ENQUANTO AUTORIDADES DE TRANSPORTES A CELEBRAR COM A
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA (CIM RC)
A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos
Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e quatro votos a
favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Dr. Fernando
Madeira, Dr ^a . Dulce Cainé e Dr ^a . Madalena Santos, aprovar a proposta nº.
1/2020, no sentido da aprovação do acordo de financiamento das atividades
exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação das
competências dos municípios, enquanto autoridades de transportes, a celebrar
com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC)
O referido acordo de financiamento encontra-se anexo à presente ata e
dela fica a fazer parte integrante
A mencionada proposta é do seguinte teor:
"ACORDO DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO
ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO
DAS COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS ENQUANTO AUTORIDADES DE
TRANSPORTES A CELEBRAR COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
REGIÃO DE COIMBRA (CIM RC)
Considerando que:
O contrato interadministrativo celebrado em 2017 relativo à delegação de
competência dos serviços municipais na CIM RC, previa a realização posterior
de um acordo que regulasse o modelo de financiamento, conforme artigo 10.º
do referido contrato interadministrativo



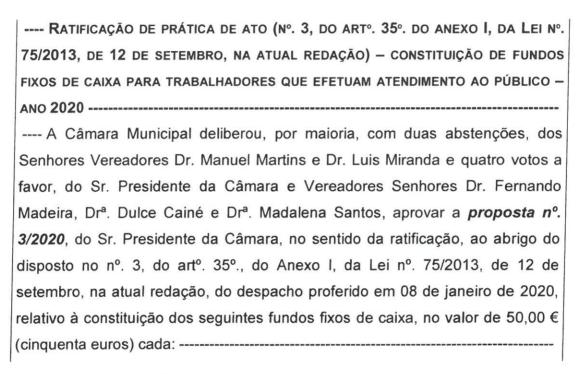




2/2020, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no nº. 3, do artº. 35º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do despacho proferido em 09 de janeiro de 2020, relativo à constituição dos seguintes fundos de maneio:------

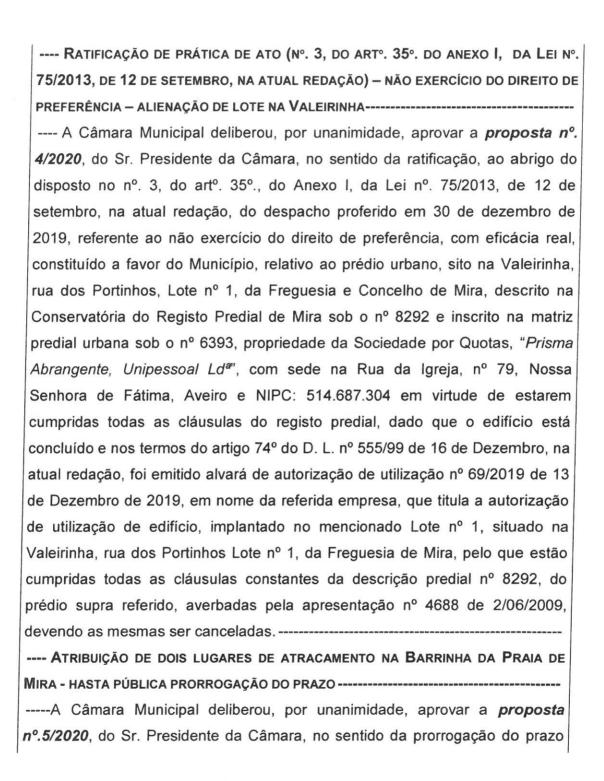
DETENTOR DO FUNDO MANEIO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	VALOR MENSAL
Brigitte Maria Capelôa	0601 020203	100,00€
	0602 020121	100,00€
	0602 020225	100,00€
João Fernando das Neves Rocha	0201 020210	125,00€
	0201 020225	575,00€
João Evangelista Pimentel Castelhano	0301 020117	50,00€
	0301 020121	100,00€
	0301 020203	200,00€
	0604 020117	40,00€
João Manuel Maranhão Cupido	0604 020121	150,00€
	0604 020203	150,00€
	0703 020117	100,00€
Ângelo Manuel Morais Lopes	0703 020203	200,00€
	0703 020225	100,00€
	0703 020121	100,00€
Ricardo Manuel Mendes da Costa	0103 020121	150,00€
Ricardo Manuel Mendes da Costa	0103 020217	150,00€
Tiago Daniel Castro da Cruz	0103 020121	150,00€
	0103 020225	150,00€
Carlos Manuel dos Santos Lourenço	0301 020117	100,00€
	0301 020121	150,00€
	0301 020203	150,00€
Fernando Jorge de Jesus Rico	0301 020117	100,00€
	0401 020121	200,00€
	0401 020203	100,00€





Gabinete de Atendimento ao Munícipe	
Maria Alice Rumor Távora Barreto	
Carla dos Santos Martins	
Paula de Jesus Rei	
Paula Martina Rodrigues dos Santos	200 (40.00)
Sónia Elizabete Clemente Alcaide	
Maria Graciete da Costa Santos	
Espaço Cidadão	
Joana da Silva Barreto	
Carlos Alberto Pascoal Malta	
Piscina Municipal	
João António Miranda Petronilho	
Anabela de Jesus Magueta	
Ana Maria Ribeiro Ferreirinha	
Parque de Campismo Municipal	
Rui Filipe Laranjeiro Rodrigues	
Carlos Capela Brás	
João Manuel Maranhão Cupido	

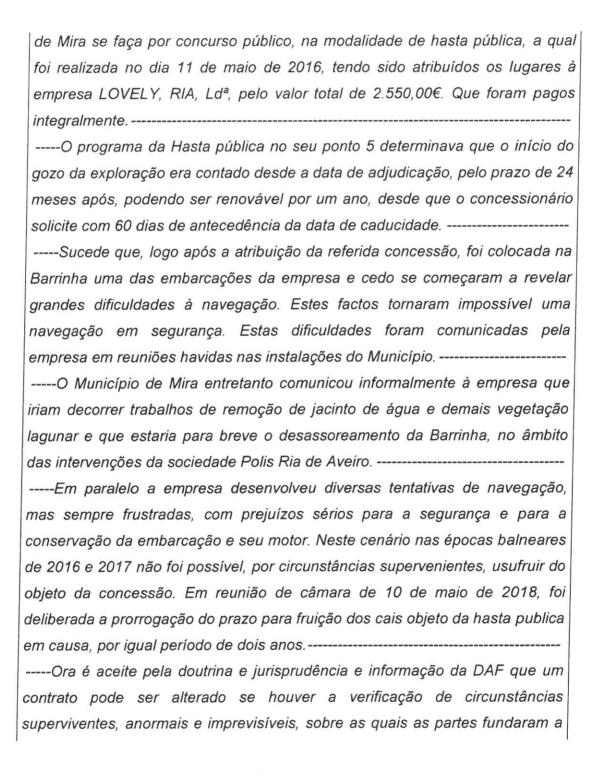




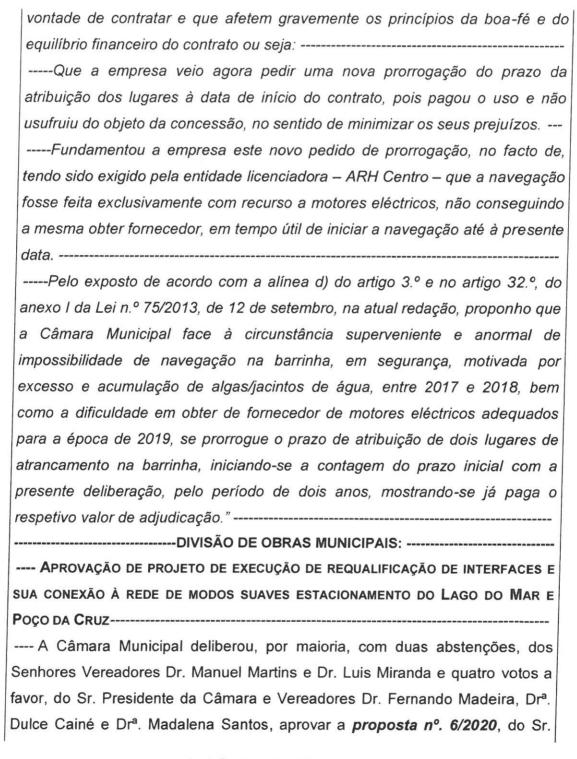


	de atribuição de dois lugares de atracamento na barrinha, pelo período de 2
	anos, a contar da data da presente deliberação
	A referida proposta é do seguinte teor:
	"ATRIBUIÇÃO DE DOIS LUGARES DE ATRACAMENTO NA BARRINHA
	DA PRAIA DE MIRA - HASTA PÚBLICA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
	Considerando que é competência da Câmara Municipal exercer as demais
	competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal
	das atribuições do município, designadamente de gestão prevista na alínea d)
	do artigo 3.º e no artigo 32.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
	na atual redação;
	Na sequência de conclusão dos trabalhos de reordenamento e qualificação
	pela Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, no âmbito da Empreitada de
	Reordenamento e Valorização da Barrinha e Lagoa de Mira e Lago do Mar, no
	âmbito da Intervenção da Polis Litoral Ria de Aveiro foi celebrado, a 6 de
	dezembro de 2014, entre aquela e o Município de Mira, o protocolo de
	transferência de gestão;
	Considerando que compete ao Município a gestão, operação, limpeza e
İ	manutenção, entre outros, de dois cais na Barrinha – Praia de Mira,
İ	dentificados na planta anexa, adequados ao exercício de atividade marítimo-
t	urística, regulada pelo Decreto-lei 149/2014 de 10 de outubro, que define as
1	regras para as operações marítimo-turística, com utilização de embarcações
t	radicionais, nos termos previstos nos artigos 2.º alínea f) e 3.º n.º 1 alínea g)
	Tendo em conta que se trata de usufruto de espaço público, a
~	esponsabilidade pela gestão, operação, limpeza e manutenção, compete ao
١	Município, pelo que se impõe a dinamização destes espaços de forma a
2	contribuírem para o desenvolvimento da atividade económica do concelho;
_	E que por deliberação de Câmara de 22 de Abril de 2016 foi aprovado o
)	rograma para a atribuição de dois lugares de atracamento na Barrinha – Praia











Presidente da Câmara, no sentido da aprovação do projeto de execução de
requalificação de interfaces e sua conexão à rede de modos suaves -
estacionamento do Lago do Mar e Poço da Cruz
A referida proposta é do seguinte teor:
"APROVAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DE
INTERFACES E SUA CONEXÃO À REDE DE MODOS SUAVES
ESTACIONAMENTO DO LAGO DO MAR E POÇO DA CRUZ
O Portugal 2020, nas suas prioridades de investimento, define a
mobilidade, e em particular a promoção dos modos suaves, como um dos
vetores fundamentais da estratégia nacional, contribuindo decisivamente para a
alteração modal, ainda muito assente na utilização do automóvel, e,
consequentemente para a redução das emissões de CO2 no setor dos
transportes. Estas prioridades são inseridas, em particular, nos movimentos
casa-trabalho e casa-escola
No contexto da dinâmica do Município, sobretudo na freguesia da Praia de
Mira, o uso automóvel representa hoje um pesado encargo para a fluidez do
transito, desgaste das infraestruturas viárias e ordenamento da circulação
viária. Face à necessidade de soluções para os veículos automóveis, entende-
se necessária a promoção do uso da bicicleta e a retoma da deslocação
pedonal, tendo-se vindo a obter bons resultados junto de quem circula neste
território. Face a esta realidade, foi identificado o parque de estacionamento
existente do Lago do Mar, na zona da Praia de Mira Sul, que se encontra
localizado nas imediações de três parques de campismo que acomodam 120
postos de trabalho, como ponto propicio a receber o Interface
Pela importância que tem a redução do impacto das viagens casa-trabalho
no sistema de mobilidade, pretende-se com isto a requalificação desta
infraestrutura já existente, dotado ao abandono, passando este espaço a ter as
seguintes valências:



Requalificação do parque de estacionamento automovel incorporando
todas as soluções paisagísticas;
Criação de estacionamento dedicado a bicicletas;
Criação de infraestruturas de apoio aos utilizadores de bicicleta e peões;
Ligação do parque à rede de ciclovias já existente à envolvente deste
local;
Promoção da articulação deste local com o transporte publico, através da
formalização de um ponto de paragem, que possibilite a mobilidade a um
conjunto de polos empregadores situados na envolvente;
Ligação do Interface à rede de ciclovias já existente à envolvente deste
local, incluindo o traçado do Eurovelo, que irá passar a escassos metros deste
interface e cuja execução está definida para curto prazo
Este novo Interface permitirá assim retirar inúmeros veículos de circulação
da malha urbana da Praia de Mira, e mesmo do restante concelho, uma vez
que permite e promove deslocações por meios de locomoção amigos do
ambiente, colmatando-se uma lacuna existente, que se traduz na falta de
parques de estacionamento dedicados, com segurança e demais
equipamentos de apoio
Encontrando-se concluído o projeto de execução de "Requalificação de
interfaces e sua conexão á rede de modos suaves - Estacionamento do Lago
do Mar e Poço da Cruz e ao abrigo das competências materiais dispostas na
alínea f) do art.º 33 do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro,
PROPONHO a aprovação do respetivo projeto"
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins questionou se o projeto estava
nterligado com o "Eurovelo" e quis também saber qual o seu montante
O sr. Presidente da Câmara informou que o projeto seria financiado a 85%,
sendo o seu custo total de cerca de novecentos mil euros. Quanto ao
Eurovelo" disse que o mesmo "cruzava" com este projeto



DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
LISTA DE ORDENAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS A BOLSAS DE ESTUDO DO ENSINO
SUPERIOR NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO LETIVO DE 2019/2020 -
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
7/2020, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da lista de
ordenação dos candidatos a bolsas de estudo do ensino superior, na sequência
da avaliação socioeconómica realizada conforme o disposto no artº. 11º., bem
como o pagamento das bolsas de estudo aos primeiros 10 candidatos da
referida lista, no valor mensal de 150,00 € (cento e cinquenta euros), durante
10 meses, conforme o disposto no nº. 2, do artº. 5º. e no nº. 2, do artº. 6º., do
Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do
Ensino Superior, no valor total de 15.000,00 € (quinze mil euros)
A referida proposta é do seguinte teor:
"Lista de Ordenação Final dos Candidatos a Bolsas de Estudo do
Ensino Superior no âmbito do Regulamento Municipal para o Ano Letivo
de 2019/2020
Da análise aos processos de candidatura a Bolsas de Estudo,
rececionadas no Gabinete de Ação Social do Município de Mira, no âmbito do
Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do
Ensino Superior, constata-se o seguinte:
Foram rececionadas 14 candidaturas
Os candidatos admitidos foram sujeitos a avaliação nos termos do
regulamento tendo ficado ordenados e aprovados para receber a bolsa de
estudo no ano letivo de 2019/2020, segundo a seguinte lista:
1. Joana Vanessa Domingues Barreira – Proc: 01/2019 – 12 pontos
2. Rafael dos Santos Pacheco – Proc: 04/2019 – 11 pontos
3. Bruna Cíntia Moreira Santos – Proc: 08/2019 – 10 pontos
4. Pedro Rafael Moreira Santos – Proc: 13/2019 – 9 pontos
5. Hélder Fernando Pinho Gadelho – Proc: 12/2019 – 8 pontos

Página 14 de 20

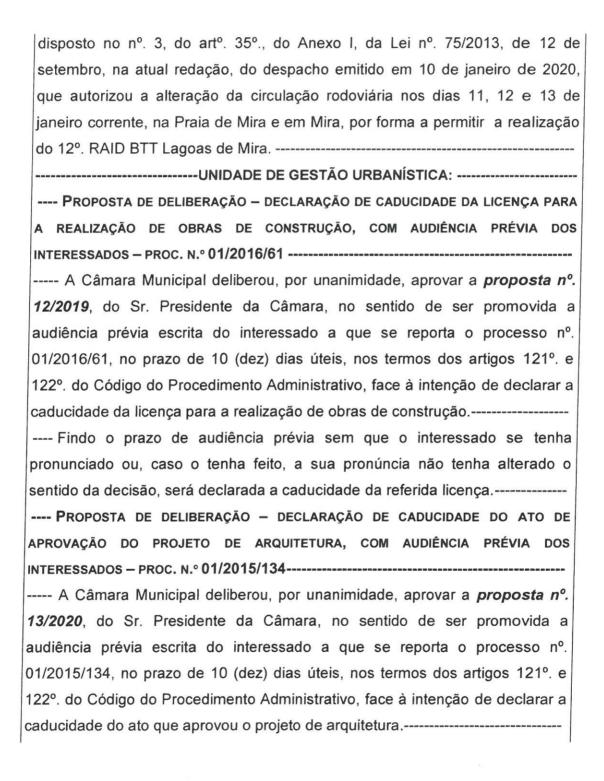


6. João Gil de Jesus Garrucho – Proc: 10/2019 – 7 pontos
7. João Pedro Tarelho Tavares – Proc: 03/2019 – 6 pontos
8. João Francisco Batista Távora – Proc: 11/2019 – 5 pontos
9. Paulo Filipe Oliveira Alcaíde – Proc: 06/2019 – 4 pontos
10. Miguel Alexandre Silva Botas – Proc: 05/2019 – 3 pontos
Os restantes 2 candidatos ficaram admitidos, constituindo uma lista
ordenada de suplentes a considerar na eventualidade de exclusão ou
desistência de algum dos candidatos aprovados já referidos:
11. Rodrigo Reigota Alcaide – Proc: 07/2019 – 2 pontos
12. Carolina Aveiro Claro – Proc: 06/2019 – 1 ponto
Ficou excluído ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do art.º 3º do Regulamento
(Curso não homologado pelo Ministério da Educação)
• João Miguel Pinho Ferreira – 02/2019
Ficou excluída ao abrigo da alínea c) do n.º1 do art.º 8º do regulamento (Já
possui um curso do Ensino Superior – Licenciatura)
• Cristina Marisa Pinho Gadelho – 14/2019
NESTES TERMOS, PROPÕE-SE À CÂMARA MUNICIPAL:
A aprovação da lista de ordenação dos candidatos na sequência da
avaliação socioeconómica realizada conforme o disposto no art.º 11º, bem
como o pagamento das bolsas de estudo aos primeiros 10 candidatos da
referida lista, no valor mensal de 150 euros, durante 10 meses, conforme o
disposto no n.º2 do art.º 5º e no n.º2 do art.º 6º do Regulamento Municipal para
Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, no valor total de
15.000 euros."
ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA CAMPANHA NATALÍCIA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE
MIRA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº.</i>
3/2020, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de um apoio, no
valor de 1.000,00 € (mil euros), à Associação Empresarial de Mira, para fazer Ata da Reunião ordinária de 14/01//2020 Página 15 de 20

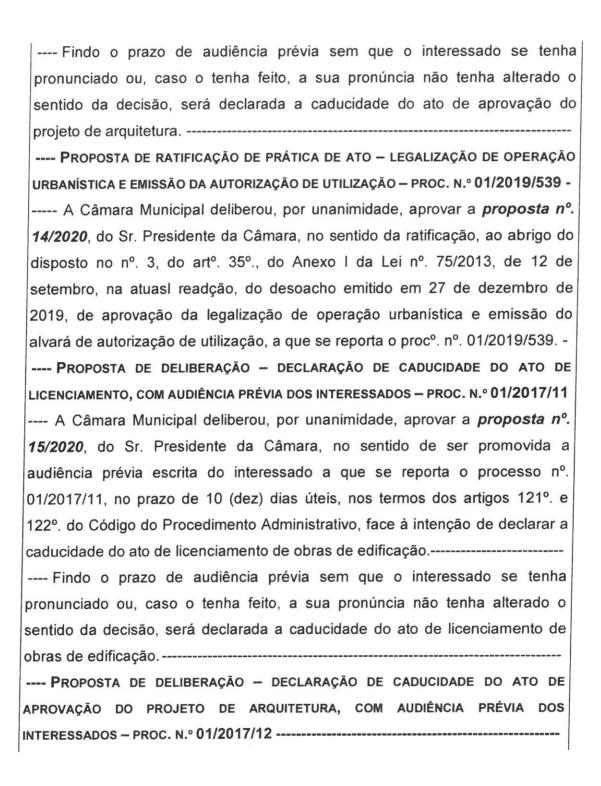


face às despesas com a concretização da iniciativa de realização da Campanha natalícia "Em Mira.... O Natal é no Comércio Local", a qual decorreu entre os dias 01 de dezembro de 2019 e 05 de janeiro de 2020, ao abrigo do disposto na alínea o), do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, ---------- TOMADA DE CONHECIMENTO DA REALIZAÇÃO DE APOIO ECONÓMICO ATRAVÉS DO FUNDO DE MANEIO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS DE MIRA A MUNÍCIPE COM O PROCESSO DE AÇÃO SOCIAL N.º 42/2007 ---------- A Câmara Municipal tomou conhecimento da proposta nº. 9/2020, do Sr. Presidente da Câmara, da atribuição de um apoio a munícipe a que se reporta o processo de ação social nº. 42/2007, através do fundo de maneio da CPCJ, no valor de 174,48 € (cento e setenta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos), ao abrigo do disposto na alínea v), do artº. 33º., do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação,---------- TOMADA DE CONHECIMENTO DA REALIZAÇÃO DE APOIO ECONÓMICO ATRAVÉS DO FUNDO DE MANEIO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MIRA A MUNÍCIPE COM O PROCESSO DE AÇÃO SOCIAL N.º 02/2012 ----------- A Câmara Municipal tomou conhecimento da proposta nº. 10/2020, do Sr. Presidente da Câmara, da atribuição de um apoio a munícipe a que se reporta o processo de ação social nº. 02/2012, através do fundo de maneio da CPCJ, no valor de 129,94 € (cento e vinte e nove euros e noventa e quatro cêntimos), ao abrigo do disposto na alínea v), do artº. 33º., do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.--------- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E AMBIENTE ----------- RATIFICAÇÃO DE ATO - ALTERAÇÃO DE CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA - REALIZAÇÃO DO 12° RAID BTT LAGOAS DE MIRA ----------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 11/2020, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da ratificação, ao abrigo do

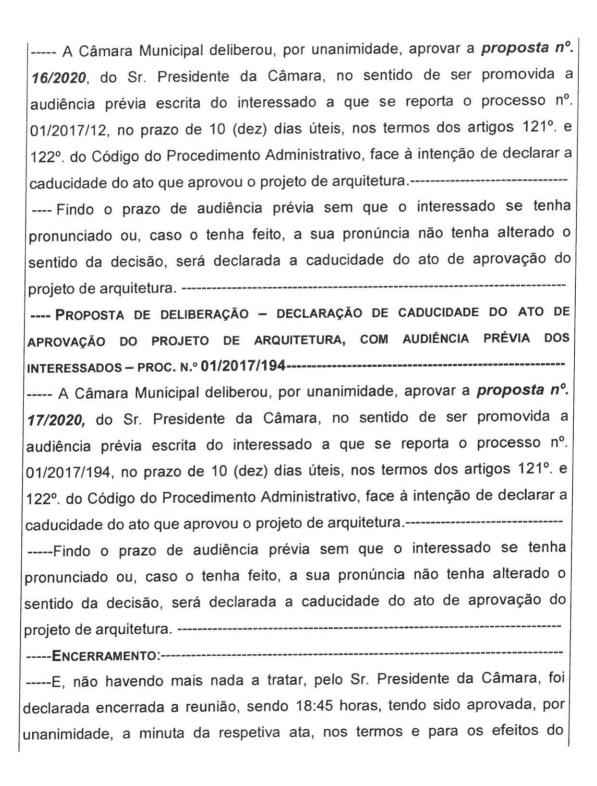














disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição
C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi
(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)
Quènips.
(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)